

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Fonte Nova Negócios e Participações S.A.
Salvador - BA

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Fonte Nova Negócios e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fonte Nova Negócios e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº1(c) e 1(d) às demonstrações contábeis e como é de conhecimento público, encontram-se em andamento, desde 2014, investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da denominada Operação Lava Jato, que envolvem ex-executivos e empresas do Grupo METHA e do Grupo Novonor, controladoras em conjunto da Companhia. Os referidos Grupos assinaram Acordo de Leniência com o poder público se comprometendo a pagar os montantes de R\$ 1.929.257 mil e R\$ 226.343 mil, e R\$ 3.828.000 mil, Grupo METHA e Grupo Novonor, respectivamente, como penalidade decorrente do resultado destas investigações. A administração, neste momento, entende que possíveis efeitos desses Acordos de Leniência firmados pelos citados grupos econômicos, não deverão afetar significativamente a Companhia. Em virtude dessas investigações ainda estarem em curso e por existirem incertezas quanto ao possível envolvimento da Companhia nos atos ilícitos que abrangem suas Controladoras, não foram consideradas nas demonstrações contábeis, quaisquer impactos do desfecho desse processo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Contrato de Parceria Público-Privada com o Estado da Bahia

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº01(e) às demonstrações contábeis, que menciona o envolvimento da Companhia como polo passivo no Processo TCE/000490/2010, movido pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA), alegando a existência de irregularidades na licitação que originou o contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Governo do Estado da Bahia. Até a data deste relatório, as decisões emitidas pelo TCE - BA, não contemplaram a execução de quaisquer medidas cautelares que poderiam reduzir o valor da contraprestação pública recebida do Poder Concedente ou impedir a continuidade do Contrato de Parceria Público-Privada. Por essa razão, não foram constituídas provisões para passivos ou *impairment* de ativos que reflitam eventuais impactos do desfecho desse processo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo financeiro da concessão

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 7, a Companhia possui um ativo financeiro junto ao poder concedente decorrente dos investimentos realizados na demolição e construção da nova arena multiuso, passando a ser devida pelo poder concedente à Companhia, a contraprestação que será paga em 180 parcelas, mensais e sucessivas, atualizadas anualmente pela variação do Índice de Preços do Consumidor Amplo ("IPCA"), com término previsto para abril de 2028.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que a maior parte da receita decorre da atualização do ativo financeiro, bem como o saldo do ativo financeiro da concessão representa mais de 85% do total do ativo da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria para o ativo financeiro da concessão incluíram, dentre outros:

- (a) entendimento dos controles associados ao ativo financeiro da concessão;
- (b) avaliação da exatidão e integridade do saldo do ativo e dos reflexos de sua mutação no resultado;
- (c) recálculo dos valores com base nos indicadores contratuais e de mercado;
- (d) verificação do registro a valor recuperável do ativo; e (e) avaliação da adequada divulgação das informações em notas explicativas às demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o registro do ativo financeiro da concessão e seus reflexos no resultado estão adequados, assim como as suas respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Estimativas

As demonstrações contábeis da Companhia apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas a operações que requerem elevado nível de julgamento para apuração dos saldos contábeis.

As principais rubricas das demonstrações contábeis que requerem estimativas contábeis críticas são:

- Provisão para perda estimada do contas a receber e ativo financeiro (Notas Explicativas nºs 6 e 7); e
- Provisão para contingências e provisões judiciais (Nota Explicativa nº 13).

Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos saldos de contas a receber e do ativo financeiro da concessão, visto o alto grau de julgamento da administração envolvendo tais estimativas.

Resposta da auditoria ao assunto

Os nossos procedimentos de auditoria realizados em relação às estimativas contábeis críticas incluíram comunicação com a administração para entendimento do ciclo de negócios e os potenciais riscos inerentes.

Em relação a tais estimativas, efetuamos como principais procedimentos, dentre outros:

- (a) recálculo das estimativas, utilizando o critério aplicado pela Companhia, bem como avaliação da sua razoabilidade frente aos índices de inadimplência;
- (b) análise histórica dos recebimentos dos títulos com intuito de avaliar a inadimplência;
- (c) análise do *aging list* das parcelas com o objetivo de avaliar a idade dos títulos que compõe o contas a receber e ativo financeiro da concessão;
- (d) circularização de advogados e análise das respostas quanto ao prognóstico de perda dos processos de natureza cível, fiscal e trabalhista; e (e) avaliação da adequada divulgação das informações em notas explicativas às demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as estimativas estão adequadas, assim como as suas respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, desta maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 21 de março de 2023.

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota Explicativa	2022	2021		Nota Explicativa	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	46.689	30.408	Fornecedores		176	771
Contas a receber	6	28.133	26.317	Empréstimos e financiamentos	10	38.007	36.669
Ativo financeiro da concessão	7	120.579	113.861	Debêntures	11	8.822	6.739
Adiantamentos a fornecedores		96	208	Obrigações tributárias		2.574	4.181
Tributos a recuperar	9	4.616	4.220	Obrigações sociais e trabalhistas		3.719	3.534
Outros ativos		1.235	1.920	Dividendos a pagar	14 c	472	12.237
		<u>201.348</u>	<u>176.934</u>	Receitas diferidas	6	3.945	2.336
				Outros passivos		<u>10.630</u>	<u>3.924</u>
						<u>68.345</u>	<u>70.391</u>
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber	6	45.575	45.185	Empréstimos e financiamentos	10	77.997	115.411
Ativo financeiro da concessão	7	447.357	526.375	Debêntures	11	8.271	17.026
Títulos e valores mobiliários	8	29.010	25.682	Tributos sobre contraprestação	12	89.561	99.762
Tributos a recuperar	9	14.157	17.488	Tributos diferidos	12	87.402	91.773
Créditos tributários	12 c	23.876	26.940	Receitas diferidas	6	10.382	2.536
Outros ativos		3.708	1.016	Contingências e provisões judiciais	13	2.030	734
Imobilizado		796	916	Outros passivos		<u>6.650</u>	<u>1.114</u>
Intangível		9.222	1.105			<u>282.293</u>	<u>328.356</u>
		<u>573.701</u>	<u>644.707</u>				
				Patrimônio líquido	14		
				Capital social		170.141	147.141
				Reservas de lucros		<u>254.270</u>	<u>275.753</u>
						<u>424.411</u>	<u>422.894</u>
Total do ativo		<u><u>775.049</u></u>	<u><u>821.641</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>775.049</u></u>	<u><u>821.641</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita operacional líquida	15	58.239	181.045
Custo operacional	16	(13.186)	(2.117)
Lucro bruto		45.053	178.928
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(30.667)	(26.981)
		(30.667)	(26.981)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		1.811	1.541
Lucro operacional		16.197	153.488
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		8.905	2.843
Despesas financeiras		(17.332)	(26.610)
		(8.427)	(23.767)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		7.770	129.721
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	12 c		
Imposto de renda corrente		(7.444)	(30.553)
Imposto de renda diferido		3.213	7.938
Contribuição social corrente		(2.707)	(11.025)
Contribuição social diferido		1.157	2.858
Lucro líquido do exercício		1.989	98.939
Lucro básico por ação de operações continuadas atribuível aos acionistas durante o exercício (expresso em R\$)	19	0,01	0,70

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.989	98.939
Outros resultados abrangentes	-	-
Lucro bruto	1.989	98.939

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais)

	Capital social integralizado	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Especial	Reserva de Realização de investimentos	Reserva de Lucros a realizar		
Saldos em 1º de janeiro de 2021	135.543	12.864	9.843	136.030	42.527	-	336.807
Aumento de capital	11.598	-	-	(11.598)	-	-	-
Realização reservas de lucros a realizar	-	-	-	4.414	(4.414)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	98.939	98.939
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Dividendos distribuídos (nota 14 b)	-	-	(615)	-	-	-	(615)
Dividendos Propostos (nota 14 c)	-	-	-	-	-	(12.237)	(12.237)
Constituição de reservas (nota 14 b)	-	4.947	-	36.712	45.043	(86.702)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	147.141	17.811	9.228	165.558	83.156	-	422.894
Aumento de capital (nota 14 a)	23.000	-	-	(23.000)	-	-	-
Realização reservas de lucros a realizar	-	-	-	8.372	(8.372)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.989	1.989
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Dividendos Propostos (nota 14 c)	-	-	-	-	-	(472)	(472)
Constituição de reservas (nota 14 b)	-	99	-	1.418	-	(1.517)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	170.141	17.910	9.228	152.348	74.784	-	424.411

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		7.770	129.721
Ajustes para reconciliação do lucro do exercício			
Depreciação e amortização		4.564	2.532
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	6	(465)	-
Atualização do ativo financeiro	7	(25.646)	(127.836)
Ajuste a valor presente		(750)	3.476
Juros e apropriação dos custos de captação de empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuo		15.382	26.208
Caixa aplicado antes das variações de capital circulante operacional		855	34.101
Variação dos ativos e passivos:			
Contas a receber		8.464	(46.866)
Ativo financeiro		97.946	336.359
Tributos a recuperar		2.935	12.752
Fornecedores		(483)	(31)
Impostos e contribuições		(11.515)	(22.665)
Outros		11.531	(2.049)
Caixa gerado pelas operações		109.733	311.601
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	10 e 11	(14.334)	(25.668)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		(7.196)	(35.761)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		88.203	250.172
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Títulos e valores mobiliários		(3.328)	(2.327)
Adições ao imobilizado		(37)	(55)
Adições ao intangível		(12.524)	(282)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(15.889)	(2.664)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Amortização de principal	10 e 11	(43.796)	(217.796)
Partes relacionadas		-	-
Dividendos pagos		(12.237)	(10.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(56.033)	(227.796)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		16.281	19.712
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício		30.408	10.696
Caixas e equivalentes de caixa no final do exercício		46.689	30.408
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		16.281	19.712

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A Fonte Nova Negócios e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituída em 11 de janeiro de 2010, tendo como objetivo a exploração de concessão administrativa, em regime de Parceria Público Privada, pelo prazo de 35 anos, para a prestação do serviço de reconstrução, gestão da operação e manutenção da Arena Fonte Nova, podendo também desenvolver projetos associados e complementares à atividade principal, seja por meio da implementação e gestão de empreendimentos próprios, seja através de investimento e participação em outras sociedades de propósito específico, cujos objetos sociais incluem a exploração de atividades pertinentes à operação da arena multiuso e seu entorno, em conformidade com as condições e especificações no Contrato de Parceria Público-Privada ("Contrato de PPP") celebrado com o Governo do Estado da Bahia através da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte ("SETRE" ou "Poder Concedente") nos termos do Edital n° 001/2009.

A Companhia é controlada em conjunto pela Novonor Properties Parcerias S.A. - Em Recuperação Judicial ("NPP") e pela E² Arenas S.A. ("E² Arenas") e tem sede em Salvador-BA.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em cumprimento ao artigo 15º, alínea "G" do Estatuto Social em 21 de março de 2023.

(a) Recuperação Judicial - Grupo Metha

Em decisão judicial proferida no dia 03 de março de 2020, pela 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo, foi decretado o fim do processo de Recuperação Judicial do Grupo METHA.

O encerramento da Recuperação Judicial, cujo processamento foi iniciado em 1º de abril de 2015, ocorreu após serem cumpridas todas as obrigações vencidas no prazo de fiscalização, então em vigor.

A ampla reestruturação implementada culminou em expressiva redução da dívida da Companhia, drástica redução de despesas, revisão e otimização dos processos internos e fortalecimento da área de Compliance.

Com isto, o Grupo volta-se agora para a prospecção de novos negócios, utilizando-se da capacidade técnica existente e da excelência na prestação de seus serviços em engenharia, seja para clientes públicos ou privados.

(b) Recuperação Judicial - Grupo Novonor

Em 17 de junho de 2019, a OPP, controladora direta da Companhia, juntamente com sua controladora indireta Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial ("Novonor") (anteriormente denominada Odebrecht S.A. - Em Recuperação Judicial) e outras empresas do Grupo Novonor, ajuizou pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05. Frente ao vencimento de dívidas e ocorrência de fatos imprevisíveis, a administração da Novonor, com autorização do acionista controlador, concluiu que o ajuizamento do pedido de recuperação judicial se tornou a medida mais adequada para possibilitar o prosseguimento do seu processo de reestruturação financeira de forma coordenada, segura, transparente e organizada.

A NPP e demais empresas do Grupo Novonor em recuperação continuam mantendo normalmente suas atividades, com acompanhamento por um administrador judicial nomeado pelo juízo da RJ.

Em 18 de junho de 2019, ocorreu o deferimento do processamento da recuperação judicial, que teve como principais efeitos a suspensão de todas as ações e execuções em face das Recuperandas e o início do prazo legal para que a empresa apresente uma proposta de plano de recuperação.

Em 26 de agosto de 2019, a NPP em cumprimento ao prazo legal, juntamente com suas controladoras apresentaram a versão preliminar do plano de recuperação judicial, assim como do laudo econômico-financeiro e de avaliação de bens e ativos.

Em 22 de abril de 2020, o Plano de Recuperação Judicial da Novonor e de outras 11 empresas controladas ou controladoras, não incluindo a NPP, foi aprovado em Assembleia Geral de Credores. Em 03 de agosto de 2020, o referido Plano de Recuperação Judicial foi homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Em 15 de outubro de 2020, o plano de Recuperação Judicial da controladora NPP foi aprovado em Assembleia Geral de Credores. Em 21 de janeiro de 2021, o plano foi homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

(c) Acordo de Leniência - Grupo METHA

A Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) assinaram, em 14 de novembro de 2019, Acordo de Leniência com o Grupo METHA (anteriormente denominado GRUPO OAS), investigado no âmbito da Operação Lava Jato.

Em função deste acordo, o Grupo assumiu o compromisso de pagar integralmente o valor de R\$ 1.929.257 mil, em parcelas anuais, atualizadas pela SELIC, com vencimento para 2047, tendo inclusive já quitado os valores relativos à primeira parcela.

O Acordo estabelece a obrigatoriedade de aperfeiçoamento do atual programa de integridade do Grupo METHA, determinando seu acompanhamento e aprimoramento contínuo, inclusive com a implementação da certificação ISO 37.001, com foco na prevenção da ocorrência de ilícitos e privilegiando em grau máximo a ética e transparência na condução dos negócios das empresas.

Dentre os benefícios legais assegurados com a celebração e regular execução do Acordo está a autorização para que as empresas do Grupo METHA voltem a poder celebrar contratos com a Administração Pública.

Acordo CADE (Conselho de Administrativo de Defesa Econômica)

Até 31 de dezembro de 2021, a Construtora COESA (atual denominação da Construtora OAS S.A. - Em Recuperação Judicial) celebrou, no total, cinco Termos de Compromisso de Cessação de Prática, obrigando-se a pagar um montante total de R\$ 226.343 mil a serem pagos em até 20 anos, na forma estabelecida em cada instrumento e cujos valores deverão ser atualizados pela taxa Selic.

As obrigações decorrentes do acordo de leniência, incluindo CADE e CGU, bem como outros acordos firmados com determinadas autoridades governamentais, serão custeadas pela METHA.

(d) Acordo de Leniência - Grupo Novonor

Em 1º de dezembro de 2016, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal ("MPF"), responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do referido acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da Braskem S.A. ("Braskem"), que celebrou acordo individual. O acordo firmado pela Novonor com o MPF é parte de um Acordo Global, coordenado pelas autoridades competentes das jurisdições brasileira, americana e suíça, no âmbito do qual a Novonor, ou outra empresa de seu grupo econômico, se compromete a pagar o valor global equivalente a R\$ 3,8 bilhões, em 23 anos, com parcelas anuais customizadas, valores estes reajustados pela taxa SELIC simples.

O racional do referido Acordo de Leniência é o reconhecimento de ilícitos e reparação dos danos causados, bem como a colaboração junto ao MPF e demais autoridades no tocante às investigações, buscando ainda o Grupo Novonor a preservação e continuidade de suas atividades, a retomada de contratação com entes públicos e ainda o recebimento de recursos de bancos e entidades públicas, no Brasil e no exterior.

Cabe ainda ressaltar que, em razão do mencionado Acordo de Leniência, o MPF se comprometeu a não propor ações de natureza cível e medidas adicionais para ressarcimento de valores em decorrência das denúncias e fatos ligados à Lava Jato, não aplicar sanções de improbidade administrativa, bem como empreender gestão junto aos órgãos públicos, empresas públicas e empresas públicas de economia mista para que retirem quaisquer restrições cadastrais da Novonor e suas controladas.

Em 09 de julho de 2018, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou Acordo de Leniência com a Advocacia Geral da União e o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União pelo qual se comprometeu a pagar, em vinte e dois anos, o valor total de R\$ 2,7 bilhões, valor esse que deverá ser abatido dos R\$ 3,8 bilhões ajustados no Acordo de Leniência firmado com o MPF.

Em suas operações no exterior, o Grupo Novonor e suas controladas seguem com o propósito de alcançar um entendimento junto às autoridades locais para o fechamento de acordos de colaboração / leniência. Até o presente momento, no âmbito do Grupo Novonor, já foram firmados acordos com a República Dominicana, Equador, Panamá, Guatemala e Peru, além das autoridades americanas, suíças e brasileiras.

Monitores Independentes atuaram no Grupo Novonor, tendo como principal objetivo confirmar que a Novonor e suas controladas estão cumprindo todos os compromissos firmados no Acordo Global. O processo de monitoramento teve início em fevereiro de 2017 e encerrou em novembro de 2020.

A administração entende que possíveis efeitos dos Acordos de Leniência do Grupo Novonor não deverão afetar significativamente a Companhia.

(e) Contrato de concessão

A Companhia é parte de um Contrato de PPP na modalidade de Concessão Administrativa para reconstrução e operação do estádio Octávio Mangabeira, antiga denominação da Arena Fonte Nova, firmado em 21 de janeiro de 2010 entre o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE e a Companhia. O prazo original da concessão é de 35 anos e as obras de construção foram concluídas em 5 de abril de 2013.

A concessão da operação tem por finalidade permitir a Concessionária recuperar o investimento feito na construção da nova arena multiuso, não coberto pela contraprestação pública. Conseqüentemente, a Concessionária explorará economicamente a Arena Fonte Nova e os bens móveis e imóveis que a integram.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após a emissão do Certificado de Conclusão das Obras de Reconstrução, foi iniciada a operação da arena multiuso, passando a ser devida pelo Poder Concedente à Companhia, a contraprestação mensal, a ser paga em 180 parcelas mensais e sucessivas, atualizadas anualmente pela variação do Índice de Preços do Consumidor Amplo ("IPCA"), com término em março de 2028.

Em 12 de abril de 2016, o Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia ("TCE-BA"), no julgamento do Processo TCE/000490/2010, determinou ao Poder Concedente a realização de estudos, no prazo de 120 dias, para adequar as cláusulas econômico-financeiras do Contrato de PPP n. 02/2010 firmado com a Companhia, objetivando melhor salvaguarda do interesse público, em razão de irregularidades verificadas no âmbito daquele Processo, cuja decisão está sujeita a recursos. Na referida decisão, o TCE-BA determinou a continuidade do Contrato de PPP n.º 02/2010 e não foram concedidas as medidas cautelares que poderiam resultar na imediata redução do valor pago pelo Poder Concedente a título de contraprestação pública à Concessionária, ou na vedação do pagamento de qualquer quantia a título de compartilhamento de risco de demanda. Da mesma forma, não foram cautelarmente determinadas quaisquer medidas que pudessem ensejar novas obrigações ou assunção de novos custos pela Companhia em relação ao Contrato de PPP, tampouco penalidades à Concessionária ou aos seus administradores.

Considerando o atual estágio do processo, tendo em vista que a decisão não é definitiva, a Administração da Companhia, suportada pela avaliação de seus consultores jurídicos, entende que não é possível, neste momento, estimar eventual impacto na contraprestação pública e tampouco os potenciais desdobramentos deste processo.

Desta forma, em função das incertezas existentes, em 31 de dezembro de 2022, não foi constituída provisão para passivos ou registrado *impairment* de ativos, para refletir os potenciais desdobramentos deste processo.

A Companhia e o Poder concedente celebraram em outubro de 2021 o Termo Aditivo nº 5 ("5º Aditivo" ou "aditamento").

Fundamentado pelo Estudo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro realizado pelo Banco Fator, o 5º Aditivo estabeleceu a emissão de empenho direto em nome dos Credores ("Empenho Direto"), para amortização parcial da dívida dos financiamentos firmados no âmbito da Concessão.

A operação do Empenho Direto culminou com a redução do valor da Contraprestação Pública devida pelo Poder Concedente à Concessionária, que passou de R\$ 180,9 milhões para R\$ 102,3 milhões anuais. Não houve alteração do prazo de pagamento da contraprestação pública.

O aditamento estabeleceu também a redução do prazo da concessão, que passou de 35 anos para 18 anos e 02 meses, encerrando-se em 31 de março de 2028.

Como resultado da controvérsia acerca do mecanismo de Compartilhamento de Risco de Demanda, a qual motivou a Glosa do pagamento da Contraprestação da competência janeiro de 2018, o 5º Aditivo estabeleceu a devolução do valor glosado, bem como o pagamento, a favor da Concessionária, referente ao Risco de Demanda Compartilhado, conforme apurado em Peritagem técnica elaborada pela Ernst & Young.

Por fim, foi estabelecido que a Concessionária deverá compartilhar 10% das Receitas Operacionais Líquidas auferidas anualmente com o Poder Concedente a partir da assinatura do termo aditivo.

(g) Impactos da Pandemia de COVID-19

O ano de 2022 iniciou com expressivo aumento dos casos de Covid-19 em todo o país, o que acarretou a adoção de medidas restritivas pelas autoridades competentes, dentre as quais a ampliação da limitação de público em eventos e jogos.

Tais medidas acarretaram o cancelamento de eventos agendados para os meses de janeiro a março, assim como a retomada de outras atividades comerciais como por exemplo o Tour Guiado, a Arena Gamer, entre outros serviços.

No entanto, já a partir de março, foram canceladas as restrições de limitação de público em jogos e eventos. Desde então, foi observado o aumento da demanda para realização de eventos, bem como de outros projetos e atividades realizadas na Arena.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo se indicado de forma diferente.

2.1. Declaração de conformidade (com relação aos pronunciamentos do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e, somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

Os ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente, que no reconhecimento inicial representa seu valor justo. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.3. Ativos financeiros

2.3.1. Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial a valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro. Em seguida, a mensuração passa a ser pelo custo amortizado por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os principais ativos financeiros da Companhia são, (i) caixa e equivalente de caixa, (ii) contas a receber, (iii) ativo financeiro da concessão e (iv) títulos e valores mobiliários.

2.3.2. *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidências objetivas de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). O montante da perda esperada por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía evidências de ativos cujo valor recuperável foi inferior aos montantes registrados contabilmente e constituiu provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), divulgada na nota explicativa nº 6.

2.3.3. Contas a receber

As contas a receber são, inicialmente, mensuradas pelo preço da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, deduzidos da provisão (*impairment*) para perda estimada com crédito de liquidação duvidosa, quando necessária.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, ficam apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são originadas por:

- (a) Faturamento da contraprestação mensal, a partir da data oficial da entrega da Arena (abril de 2013), dos direitos decorrentes do Contrato de PPP firmado com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE;
- (b) Compartilhamento do Risco de Demanda (nota 1 f);

- (c) Locação de camarotes, locação de espaços e estacionamento;
- (d) Parcelas do contrato de patrocínio firmado com a Cervejaria Petrópolis S.A.;
- (e) Pagamentos através de cartões de crédito, referente a venda de camarotes e bilheteria de jogos.

2.3.4. Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos direitos a faturar/receber decorrentes do Contrato de PPP firmado com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente pelos serviços de reconstrução da Arena Fonte Nova decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão.

O ativo financeiro está segregado entre o ativo circulante e não circulante com base na expectativa de recebimento das contraprestações pelo Poder Concedente. O ativo financeiro da concessão é reconhecido inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se a taxa efetiva de desconto (TIR - taxa interna de retorno).

2.3.5. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários ("TVM") são inicialmente registrados pelo valor justo e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

2.4. Tributos a recuperar

Referem-se substancialmente a créditos da contribuição ao Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") sobre insumos e serviços de construção, adquiridos diretamente pela Companhia e utilizados na construção da Arena Fonte Nova, bem como de impostos e contribuições retidas sobre faturamento e aplicações financeiras a serem compensados com os tributos devidos.

2.5. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros.

2.6. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados, e que seja provável a saída de recursos para liquidar a obrigação, e o seu valor tenha sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.7. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva e são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos são registrados como despesa no período em que são incorridos.

2.8. Tributos sobre contraprestação

Os impostos e contribuições diferidas representam a aplicação de ISS, PIS e COFINS, sobre receita de construção e as receitas diferidas decorrentes do Contrato de PPP, além de contribuição social e o imposto de renda incidentes sobre a margem de lucro relativa à construção.

2.9. Receitas diferidas

Referem-se às receitas de patrocínio, locação de camarotes e locação de espaços, segregadas entre passivo circulante e não circulante, a serem apropriadas com base na vigência dos contratos, pelo regime de competência.

2.10. Tributação

2.10.1. Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro real anual, com antecipação mensal, aplicando-se as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 20 por mês, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

2.10.2. Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para realização desses créditos no futuro e são demonstrados no ativo não circulante.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos sobre a renda diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

Tributos diferidos são mensurados à taxa de tributos que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de tributos (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.11. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros serão apurados e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir:

(a) Receita operacional

A receita operacional é reconhecida mensalmente pela competência e apropriada em função da vigência dos contratos de locação (partidas de futebol, camarotes, estacionamento, quiosques/lanchonetes, espaços para realização de eventos e para fins publicitários), patrocínio e da realização de eventos pela Arena Fonte Nova.

(b) Atualização do ativo financeiro da concessão

A receita de atualização do ativo financeiro (nota explicativa nº 2.3.4), representa a atualização do valor a receber pela concessão durante o período do contrato. A atualização do ativo financeiro da concessão é reconhecida pelo custo amortizado com base no tempo, descontada a valor presente pela taxa interna de retorno efetiva sobre o montante do fluxo de caixa do contrato.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

A receita operacional líquida inclui a atualização do ativo financeiro da concessão durante o período do contrato, uma vez que a geração desta receita faz parte dos principais objetivos de negócio da Companhia.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. Assim, as atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (taxa de juros), de liquidez e de crédito.

A Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

(a) Exposição a risco com taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento nas obrigações contratadas com pagamentos de juros futuros e aumentem as despesas financeiras dos empréstimos, financiamentos e debêntures. As dívidas estão sujeitas, principalmente, à variação das taxas pré-fixadas em reais, variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e da taxa Selic.

A Companhia analisa sua exposição às taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável nas taxas de juros e calcula o impacto sobre os resultados. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

(b) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pelo departamento de tesouraria.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, incluindo contas a receber em aberto.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações, internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

4.2. Gestão de capital

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	133.097	175.845
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	<u>(75.699)</u>	<u>(56.090)</u>
Dívida líquida	57.398	119.755
Total do patrimônio líquido	<u>424.411</u>	<u>422.894</u>
Total do capital	<u>481.809</u>	<u>542.649</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>12%</u>	<u>22%</u>

A Companhia administra o seu capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo saldos classificados no circulante e no não circulante, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

4.3. Instrumentos financeiros por categoria

A seguir, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros consolidados por categoria, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativos financeiros		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	46.689	30.408
Contas a receber	73.708	71.502
Ativo financeiro da concessão	567.936	640.236
Títulos e valores mobiliários	<u>29.010</u>	<u>25.682</u>
	<u>717.343</u>	<u>767.828</u>
Passivos financeiros		
Circulante		
Fornecedores	176	771
Empréstimos e financiamentos	116.004	152.080
Debêntures	<u>17.093</u>	<u>23.765</u>
	<u>133.273</u>	<u>176.616</u>

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Bancos - conta movimento	659	412
Aplicações financeiras (i)	46.030	29.996
	<u>46.689</u>	<u>30.408</u>

- (i) As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração entre 100% e 103% (2021 - 100% e 102%) do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

6. Contas a receber

	2022	2021
Contraprestação/Compartilhamento SETRE	60.063	62.055
Cervejaria Petrópolis S.A. (i)	7.752	3.019
Locação de camarotes	3.707	1.658
Outros	3.166	5.285
PECLD (ii)	(980)	(515)
	<u>73.708</u>	<u>71.502</u>
Circulante	28.133	26.317
Não circulante	45.575	45.185

- (i) O valor da Cervejaria Petrópolis S.A. registrado no contas a receber possui contrapartida à conta de receitas diferidas (R\$ 10.519) no passivo circulante e não circulante, sendo reconhecido no resultado durante o prazo do contrato. O saldo remanescente, registrado na conta de receitas diferidas (R\$ 3.808), refere-se à apropriação dos contratos de camarotes e outras locações;

- (ii) No exercício de 2022, a Companhia constituiu PECLD no montante de R\$ 465 (2021 não constituiu - ver nota 17), referente ao saldo vencido e sem expectativa de recuperação, decorrente de créditos com clientes de camarotes e locação de espaços.

7. Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos direitos a faturar, decorrentes do Contrato de PPP firmado com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE.

O quadro a seguir resume a movimentação do saldo:

	2022	2021
Saldo Inicial	640.236	848.759
Receita operacional da contraprestação (nota 15)	15.945	22.710
Atualização financeira	25.646	127.836
(-) Faturamento contraprestação	(113.891)	(359.069)
Saldo Final	<u>567.936</u>	<u>640.236</u>
Circulante	120.579	113.861
Não circulante	447.357	526.375

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os montantes classificados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
2023	-	100.262
2024	105.260	100.262
2025	105.260	100.262
2026	105.260	100.262
2027	105.260	100.262
2028	26.316	25.065
	<u>447.357</u>	<u>526.375</u>

8. Títulos e valores mobiliários

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Títulos e valores mobiliários - Financiamento (i)	26.319	23.448
Títulos e valores mobiliários - Debêntures (ii)	2.691	2.234
	<u>29.010</u>	<u>25.682</u>

- (i) Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário ("CDB") remuneradas a 99% (2021 - 99%) do CDI e mantidas como reserva suficiente para a liquidação de 06 (seis) parcelas do serviço da dívida (principal e juros) do financiamento do Banco do Nordeste do Brasil;
- (ii) Referem-se a aplicações em CDB remuneradas entre 99% e 100% (2021 - 99% e 100%) do CDI e mantidas como reserva suficiente para a liquidação de 3 (três) parcelas do serviço da dívida (principal e juros) das debêntures.

9. Tributos a recuperar

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
PIS	3.119	3.714
COFINS	14.368	17.105
Imposto sobre outros faturamentos	1.286	889
	<u>18.773</u>	<u>21.708</u>
Circulante	4.616	4.220
Não circulante	14.157	17.488

10. Empréstimos e financiamentos

<u>Modalidades</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
CCB	Reais	2025	9.348	13.081
CCB - FUNDESE	Reais	2026	48.190	63.331
Financiamento - Repasse FNE	Reais	2025	59.406	77.163
			<u>116.944</u>	<u>153.575</u>
(-) Custos de captação a apropriar			(940)	(1.495)
			<u>116.004</u>	<u>152.080</u>
Circulante			38.007	36.669
Não circulante			77.997	115.411

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para a execução dos custos iniciais das obras de reconstrução da Arena Fonte Nova, a Companhia obteve, em 21 de junho de 2010, a aprovação para liberação de empréstimo, na modalidade de Cédula de Crédito Bancário ("CCB"), no valor de R\$ 50.000, com vencimento em 21 de junho de 2025.

Adicionalmente, também foram liberados R\$ 323.629 através do Programa de Empreendimentos Turísticos ("PROTURISMO") do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico ("FUNDESE"), cujo vencimento final ocorrerá em 15 de janeiro de 2026.

Também foram captados recursos no total de R\$ 250.000, em contrato datado de 30 de dezembro de 2010, oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE") e com vencimento em 28 de dezembro de 2025.

(a) Garantias

Todos os empréstimos possuem garantias, cujo compartilhamento é regido através do compartilhamento de garantia entre os credores, conforme detalhado no quadro abaixo por empréstimo:

<u>Modalidades</u>	<u>Garantias contratuais</u>
CCB	Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas.
CCB - FUNDESE	Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas.
Financiamento - Repasse FNE	Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas.

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo Inicial	152.080	341.559
Juros apropriados	11.633	22.136
Amortização	(37.065)	(189.913)
Pagamento de juros	(11.199)	(22.367)
Apropriação dos custos de captação	555	665
Saldo Final	<u>116.004</u>	<u>152.080</u>

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os montantes com vencimento em longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
2023	-	37.653
2024	39.078	38.964
2025	37.626	37.511
2026	<u>1.292</u>	<u>1.283</u>
	<u><u>77.997</u></u>	<u><u>115.411</u></u>

11. Debêntures

Em 22 de fevereiro de 2012, a Companhia realizou emissão de debêntures não conversíveis em ações com garantia real, em série única, no valor total de R\$ 94.000, as quais foram objeto de colocação privada sem esforço de venda para o público em geral.

Classificação	Vencimento	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Emissão Real	2024	<u>17.093</u>	<u>23.765</u>
		<u>17.093</u>	<u>23.765</u>
Circulante		8.822	6.739
Não circulante		8.271	17.026

As amortizações das debêntures iniciaram em 22 de março de 2014, com vencimento final em 22 de dezembro de 2024.

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo Inicial	23.765	51.542
Juros apropriados	3.120	3.316
Amortização	(6.731)	(27.883)
Pagamento de juros	(3.135)	(3.301)
Apropriação dos custos de captação	74	91
Saldo Final	<u><u>17.093</u></u>	<u><u>23.765</u></u>

Os montantes com vencimento no longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
2023	-	8.756
2024	<u>8.271</u>	<u>8.270</u>
	<u><u>8.271</u></u>	<u><u>17.026</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Tributos diferidos e tributos sobre contraprestação

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
ISS (a)	30.888	34.812
PIS e COFINS (a)	58.673	64.950
	<u>89.561</u>	<u>99.762</u>
Imposto de renda (b)	64.266	67.480
Contribuição social (b)	23.136	24.293
	<u>87.402</u>	<u>91.773</u>
	<u><u>176.963</u></u>	<u><u>191.535</u></u>

(a) Tributos sobre contraprestação

O Imposto sobre Serviços ("ISS"), PIS e COFINS diferidos são aplicados sobre o saldo do ativo financeiro da concessão e estão sendo realizados pelo efetivo recebimento da contraprestação.

(b) Tributos diferidos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Composição de tributos diferidos:		
Custo de construção	(78.446)	(94.895)
Receita de construção e atualização do ativo financeiro	165.582	186.662
Outros	266	6
	<u>87.402</u>	<u>91.773</u>
Passivo de tributo diferido	165.922	187.215
Ativo fiscal diferido - não circulante	(78.520)	(95.442)
Passivo fiscal líquido diferido - não circulante	<u>87.402</u>	<u>91.773</u>

O Imposto de Renda e a Contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças temporárias ativas (custo do ativo financeiro da concessão e despesas pré-operacionais) e passivas (ativo financeiro da concessão a receber e custo de captação dos financiamentos e debêntures).

Os saldos serão realizados na medida dos recebimentos das contraprestações do Poder Concedente, o que ocorrerá ao longo do Contrato de Concessão.

(a) Reconciliação da despesa de impostos de renda e contribuição social

A Companhia reconheceu no exercício de 2020, o Ativo Fiscal Diferido no valor de R\$ 32.244, decorrente da aplicação das alíquotas nominais de IR (25%) e CSLL (9%) sobre o saldo de Prejuízo Fiscal da Companhia em 30 de junho de 2020, no montante de R\$ 94.835.

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com base em projeções financeiras do Plano de Negócios do Projeto elaborados pela Companhia, foram estimados lucros tributáveis futuros, com os quais o prejuízo fiscal acumulado deverá ser integralmente compensado no prazo estimado de 05 anos.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro antes dos impostos	7.770	129.721
Imposto de renda ("IR") e contribuição social ("CS") às alíquotas nominais	(2.642)	(44.105)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Prejuízos fiscais sem constituição de ativo diferido	(3.068)	4.414
Prejuízos fiscais com constituição de ativo diferido	-	26.940
Diferenças temporárias sem constituição de diferido	(1.179)	(18.383)
Outras adições/exclusões permanentes, líquidas	1.108	352
Efeito IR e CS no resultado	<u>(5.781)</u>	<u>(30.782)</u>
IR e CS correntes	(10.151)	(41.578)
IR e CS diferidos	4.370	10.796
Total despesa com IR e CS	<u>(5.781)</u>	<u>(30.782)</u>

13. Contingências e provisões judiciais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Cíveis	4	4
Fiscais	1.144	730
Trabalhistas	882	-
	<u>2.030</u>	<u>734</u>

Os montantes apresentados no quadro acima referem-se a causas com perda provável, baseado na expectativa dos assessores jurídicos da Companhia.

A Companhia tem ações de naturezas cível, fiscal e trabalhista, envolvendo risco de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. Do total de ações classificadas com prognóstico de perda possível no montante de R\$ 12.102 (2021 - R\$ 12.091), destaca-se o processo no montante de R\$ 10.578 (2021 - R\$ 10.111), visando a cobrança de ISS sobre as receitas de locação decorrentes da atividade de exploração do estádio, relativo ao período compreendido entre abril de 2013 e abril de 2015.

14. Patrimônio Líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 170.141 (2021 - R\$ 147.141), representado por 170.141.000 (2021 - 147.141.000) ações ordinárias, ao valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, tendo sido integralizadas pelos acionistas, na proporção de suas participações (50% cada).

Em 29 de abril de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 23.000, mediante a incorporação das reservas de realização de investimentos R\$ 23.000, sendo que a ata foi registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB em 31 de agosto de 2022.

(b) Reservas de lucros

De acordo com o Estatuto Social, as importâncias apropriadas às reservas legal e de lucros a realizar são determinadas como descrito abaixo, sendo que o saldo remanescente após essas apropriações e a distribuição de dividendos, terá a aplicação que decidir a Assembleia Geral dos Acionistas.

(i) Reserva legal

É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de realização de investimentos

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, é constituída reserva de realização de investimentos mediante apropriação de até 75% que, juntamente com a reserva legal, poderá alcançar 100% do capital social.

A Administração da Companhia, seguindo instruções dos acionistas, constituiu reserva de realização de investimentos no montante de R\$ 1.418 (2021 - R\$ 36.712), com o objetivo de expansão das atividades da Companhia. A Administração irá propor a Assembleia Geral Extraordinária, a capitalização do saldo excedente da reserva em 2022 no valor R\$ 13.694.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Reserva especial

A reserva especial da Companhia foi constituída nos exercícios de 2014 e 2015, conforme art.202 da Lei 6.404/76, e corresponde aos dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado destes exercícios.

(iv) Reserva de lucros a realizar

Em decorrência, da assinatura em 26 de outubro de 2021, do 5º Aditivo Contratual ao Contrato de PPP, o Poder Concedente reconheceu a aplicação do compartilhamento do risco de demanda, correspondente ao período de 2013 a 2018, em favor da Concessionária, no montante de R\$ 52.600, data-base dezembro de 2020, para pagamento em 78 (setenta e oito) parcelas mensais e sucessivas a partir do mês subsequente a assinatura do aditivo e pelo fato do reconhecimento no ano corrente deste montante, acrescido do valor da atualização monetária, líquidos dos impostos e das parcelas efetivamente recebidas até 31/12/2021, ter afetado significativamente o resultado contábil, a Companhia constituiu reservas de lucros a realizar no valor de R\$ 45.043, com base no art. 197 da Lei 6.404/76, tendo no exercício de 2022 realizado o montante líquido de R\$ 5.304, corresponde aos recebimentos das parcelas no ano, deduzidos do valor da atualização do saldo a receber.

Em virtude do lucro contábil da Companhia no ano de 2020 ter sido impactado pelo reconhecimento do Ativo Fiscal Diferido (ver nota 12 "c"), cuja compensação ocorrerá ao longo de exercícios posteriores, a Companhia constituiu reservas de lucros a realizar no montante de R\$ 31.512, com base no art. 197 da Lei 6.404/76, tendo realizado no exercício de 2022, mediante compensação do lucro real o montante de R\$ 3.068.

(c) Dividendos

Aos titulares de ações emitidas da Companhia será atribuído, em cada exercício, um dividendo não inferior a 25%, tendo como base o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

15. Receita operacional líquida

	2022	2021
Receitas operacional da contraprestação/compartilhamento	19.805	77.190
Atualização do ativo financeiro	25.646	127.836
Receitas operacionais	21.373	6.374
Impostos e contribuições sobre contraprestação/compartilhamento	(2.818)	(11.000)
Impostos e contribuições sobre ativo financeiro	(3.655)	(18.217)
Impostos e contribuições sobre receitas operacionais	(2.112)	(1.138)
	<u>58.239</u>	<u>181.045</u>

FONTE NOVA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Custo operacional

	2022	2021
Custo com jogos	9.725	1.345
Repasso Poder Concedente	2.449	-
Custo com repasse e comissão de patrocínio	1.012	772
	<u>13.186</u>	<u>2.117</u>

Os custos com jogos referem-se aos gastos decorrentes do contrato firmado com o Esporte Clube Bahia para realizações de suas partidas oficiais na Arena Fonte Nova, enquanto o repasse ao Poder Concedente, refere-se aos 10% calculados sobre as receitas operacionais a serem repassados ao Poder Concedente em decorrência do aditivo contratual assinado entre as partes em 26/10/2021, conforme Nota 1 item (f). Já o custo com repasse e comissão de patrocínio registra a participação contratual do Esporte Clube Bahia nas receitas de patrocínio.

17. Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Despesas com pessoal	13.017	11.882
Despesas com serviços de terceiros	10.526	9.191
Água e energia	2.416	2.865
Seguros	1.135	1.120
Outros	3.037	1.882
PECLD (Nota 6)	465	-
Compra de materiais	71	41
	<u>30.667</u>	<u>26.981</u>

18. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	7.881	2.140
Outros	1.024	703
	<u>8.905</u>	<u>2.843</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(12.188)	(22.801)
Juros sobre debêntures	(3.194)	(3.407)
Comissões e despesas bancárias	(447)	(134)
IOF	(37)	(14)
Outros	(1.466)	(254)
	<u>(17.332)</u>	<u>(26.610)</u>
	<u>(8.427)</u>	<u>(23.767)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias.

	2022	2021
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.989	98.939
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	154.829	141.771
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,01</u>	<u>0,70</u>

20. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas de seguro compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

Modalidade	Vigência até	Cobertura
Riscos operacionais	18/03/2024	905.674
Responsabilidade civil em geral	18/03/2024	50.000
Garantia de performance da operação	25/07/2024	13.413
D&O	19/09/2023	50.000

21. Eventos Subsequentes

A Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, avaliou seu histórico de processos tributários, não se limitando à matéria tratada na ADI 15, como também de outros processos que possam ser afetados pela decisão do STF do dia 08 de fevereiro de 2023 e, como resultado desta avaliação, em consonância com o CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e o CPC 24/IAS 10 - Eventos Subsequentes, não possui ações sujeitas aos impactos da decisão do STF, conforme acima e, portanto, concluiu não haver impactos significativos em suas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2022.